

16 JUL 1962

O GLOBO

Sarney: Governo debate em agosto possíveis mudanças na Lei Falcão

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que o comando político do Governo deverá debater em agosto as possíveis modificações na legislação que regula o acesso de candidatos aos veículos de comunicação. Para isso, terá como base um anteprojeto em elaboração no Ministério da Justiça.

A pesar de prever o debate, Sarney disse que o tema não foi discutido no encontro que manteve ontem com o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ministro Leitão de Abreu.

A proposta para modificar a chamada Lei Falcão, conforme tem reiterado o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, dependerá da análise do Governo sobre a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permitindo o debate entre os

partidos desde que todos possam participar, e não de uma fórmula bilateral.

O presidente do PDS descartou a hipótese de discussão da matéria ainda durante o recesso parlamentar, lembrando que isso somente poderá ser feito a partir de uma proposta concreta.

Com base nas informações do senador Sarney, o cronograma a ser seguido pelo Governo com relação às mudanças na legislação sobre a participação de candidatos em programas eleitorais gratuitos, última etapa da reforma eleitoral promovida pelo Governo, será dividido em três etapas: inicialmente, o Ministério da Justiça encaminhará um anteprojeto ao Gabinete Civil da Presidência da República, numa segunda etapa, o comando político do Governo discutirá a proposta definitiva, com base no anteprojeto, finalmente,

o projeto de lei será enviado ao Congresso.

VOTO DISTRITAL

O presidente do PDS previu ontem que a regulamentação do voto distrital misto somente será feita pelo novo Congresso, a ser eleito em novembro.

O segundo semestre deste ano, conforme a previsão do senador, será reservado apenas à campanha eleitoral com vistas ao pleito.

O presidente do PDS reafirmou a opinião de que há um consenso a nível de partido contra a adoção de cédulas coloridas no pleito de novembro. Para ele, entretanto, a questão é meramente técnica e não política. Por essa razão, disse entender que o Congresso pode colaborar na definição da matéria, mas que a atribuição é do TSE.